

SENTO DE LUGAR, MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ARQUITETURA AFRO-BRASILEIRA

DARA ELISA BANDEIRA¹; CRISTHIAN MOREIRA BRUM³

¹*Universidade Federal de Pelotas – bdaraelisa@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – cristhianmbrum@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A definição do que é considerado "*arquitetura brasileira*" foi historicamente moldada por uma narrativa eurocêntrica nos currículos universitários e discursos oficiais, com base na influência da colonização portuguesa. Essa abordagem criou o termo "*arquitetura luso-brasileira*", que se tornou o paradigma nacional, que reflete a influência direta da cultura portuguesa na produção brasileira de arquitetura (Weimer, 2023). Essa perspectiva acaba priorizando estilos e técnicas europeias como uma referência centralizadora. Contudo, essa visão desconsidera sistematicamente as contribuições de outros grupos sociais que foram cruciais para a formação do espaço construído no país (Barbosa, 2024).

A arquitetura brasileira é, na verdade, resultado de uma combinação de diversas influências culturais. Embora migrações de povos europeus e asiáticos, como italianos, alemães, japoneses e sírios-libaneses, tenham influenciado contextos regionais com seus estilos e hábitos, suas contribuições foram historicamente mais visíveis e valorizadas do que as das influências indígenas e africanas (Weimer, 2023; Barbosa, 2024). As práticas arquitetônicas e urbanas das populações negras e dos povos indígenas, que possuíam sistemas construtivos próprios muito antes da chegada dos colonizadores, são frequentemente minimizadas ou ignoradas (Barbosa, 2024).

Esse apagamento não se limita ao passado, mas se reflete nas estruturas de ensino e na construção do atual imaginário urbano, criando uma narrativa seletiva que invisibiliza saberes e modos de habitar. O reconhecimento dessas matrizes culturais é fundamental para entender a dimensão afetiva, simbólica e política do espaço construído no território brasileiro (Santos, 2023 ; Barbosa, 2024). Portanto, direcionar o olhar para as contribuições afro-indígenas permite reconhecer formas de habitar e construir que foram silenciadas, revelando uma arquitetura brasileira mais plural e enraizada nas experiências sociais e culturais de grupos historicamente marginalizados.

Para aprofundar a compreensão da relação entre espaço e identidade, o presente estudo utiliza três conceitos centrais: sentido de lugar, memória e territorialidade. O conceito de sentido de lugar segundo Relph (1976) refere-se à ligação afetiva e existencial que os indivíduos e grupos estabelecem com determinados espaços, demonstrando que o espaço não é neutro, mas carregado de significados, histórias e experiências compartilhadas.

A memória social segundo Halbwachs (1990), é um conceito essencial para entender o impacto da identidade coletiva na percepção do espaço. Construída em grupo a partir de experiências vividas, ela permite que comunidades mantenham vivas suas tradições e modos de habitar, mesmo diante das tentativas históricas de apagamento.

Já a territorialidade, segundo Lefebvre (1991), refere-se às formas pelas quais grupos sociais se apropriam, organizam e significam o espaço. No caso das comunidades afro-indígenas-brasileiras, a territorialidade se manifesta como uma prática cotidiana de resistência, preservação cultural e afirmação de pertencimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade ou disputa fundiária. No contexto das comunidades afro-indígenas-brasileiras, a territorialidade se manifesta como uma prática de resistência cotidiana, de preservação cultural e de afirmação de pertencimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade ou disputa fundiária.

A articulação desses três conceitos evidencia que a produção arquitetônica de um espaço vai além de sua dimensão funcional e técnica, expressando as experiências afetivas, culturais e políticas de uma cultura. O estudo contribui para entender como esses conceitos influenciam a percepção da arquitetura brasileira, expondo como sua história foi contada de forma seletiva ao longo do tempo. Justifica-se essa reflexão pela necessidade de superar o apagamento histórico e promover uma percepção da arquitetura que seja mais plural, inclusiva e alinhada à realidade sociocultural do país.

2. METODOLOGIA

Este estudo desenvolveu-se por meio de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, que integra produções teóricas relevantes das áreas de arquitetura, antropologia e ciências sociais. A seleção das obras considerou autores clássicos e contemporâneos que abordam os conceitos centrais: sentido de lugar (Relph, 1976), memória (Halbwachs, 1990) e territorialidade (Lefebvre, 1991). Para situar esses conceitos no contexto da cultura afro-brasileira, foram incorporados trabalhos de pesquisadores que discutem a espacialidade brasileira e negra e suas expressões arquitetônicas e culturais (Santos, 2023; Barbosa, 2024; Weimer, 2023). A análise crítica dessas referências permite a construção de uma base teórica para refletir sobre a contribuição da intersecção disciplinar entre cultura, espaço e formação da arquitetura afro-brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conhecimentos indígenas e africanos, apesar de sistematicamente silenciados, foram fundamentais na construção do Brasil. Suas formas de construir e habitar moldaram e deram sentido ao espaço que aos poucos foi sendo ocupado no território pelas diversas culturas que transformaram o país em casa. A arquitetura produzida durante o período colonial brasileiro, precisou adaptar-se às diversas condições climáticas e as diferenças de materiais locais disponíveis em cada região, para crescer. Um processo no qual as práticas construtivas afro-indígenas foram incorporadas, ainda que raramente sejam reconhecidas (Lemos, 1989 ; Weimer, 2023).

É por meio do entendimento dos conceitos de sentido de lugar, memória e territorialidade que este estudo busca compreender como a arquitetura plural brasileira se constrói como uma expressão viva de sua cultura, influenciando a percepção dos usuários que ocupam seus espaços. Essa abordagem permite analisar a arquitetura para além de sua funcionalidade técnica, revelando sua

dimensão afetiva, simbólica e política. Sob essa perspectiva, a arquitetura atua como um repositório de tradições e modos de vida, tornando o espaço um testemunho vivo da história e do conhecimento ancestral.

As técnicas construtivas de origem afro-indígena, como o uso de taipa de pilão, palha e adobe, são testemunhos dessa memória. Tais elementos, frequentemente atribuídos à tradição portuguesa, na verdade, revelam uma mistura cultural produzida no cotidiano do Brasil colonial, marcada pelo encontro e pela resistência de diferentes matrizes culturais. Essa arquitetura, vista a partir do conceito de memória, atua como expressão cultural e material, refletindo as complexidades das sociedades que a produzem.

Segundo Santos (2023), esse resultado ultrapassa apenas as questões de funcionalidade técnica dos ambientes e espaços produzidos. Um exemplo citado em seus estudos é a organização de quintais e áreas coletivas, que são comumente presentes na concepção de casas brasileiras, mas ancestralmente já eram vistos em territórios quilombolas e indígenas, e sendo posteriormente adaptado em áreas consideradas rurais (Santos, 2023; Lemos 1989). Esses espaços podem construir um profundo sentimento de pertencimento e reconhecimento em seus usuários por estarem constantemente associados a memórias construídas e a uma *cosmopercepção* na qual o espaço é também afetivo e espiritual (Santos, 2023).

A produção arquitetônica e a apropriação dos espaços promovem uma ligação afetiva e simbólica com o usuário, exemplificando o conceito de sentido de lugar. Essa ligação, por sua vez, está intrinsecamente conectada à memória social, que atua como uma força organizadora e ordenadora do espaço, refletindo a relação do usuário com o ambiente construído.

A territorialidade é a prática que articula esses dois conceitos, manifestando-se como uma forma de resistência e afirmação de pertencimento. A presença afro-indígena influenciou profundamente a forma de organizar e produzir o espaço brasileiro, com soluções adaptadas ao clima tropical e a introdução de elementos simbólicos que estruturaram modos de habitar e organizar territórios. Essa apropriação do espaço, que privilegia a dimensão espiritual e coletiva em detrimento da perspectiva de funcionalidade europeia, demonstra como o território se tornou uma expressão viva da memória e da resistência de todos os sujeitos que o ocuparam e lhe deram um novo significado.

4. CONCLUSÕES

Refletir sobre a arquitetura afro-brasileira é fundamental para compreender a diversidade de modos de vida e saberes que constituem o território nacional, tornando o campo mais plural, justo e enraizado em sua realidade sociocultural. A ausência de uma abordagem plural no ensino e na prática da arquitetura brasileira não é uma mera lacuna de conhecimento, mas sim uma escolha política e epistemológica que precisa ser revista (Barbosa, 2024).

A identificação de elementos arquitetônicos que remetem à ancestralidade e às práticas culturais dos povos afrodescendentes amplia a possibilidade de construir um sentimento de pertencimento de indivíduos pelo espaço. Ao permitir que marcas simbólicas, rituais e formas de viver sejam reconhecidas e

transmitidas, mesmo diante de tentativas históricas de apagamento, conseguimos aplicar o conceito de memória, sentido de lugar e territorialidade na arquitetura que é produzida contemporaneamente (Relph, 1976; Halbwachs, 1990). E também, ampliar a consciência popular sobre apluralidade cultural e arquitetônica que formam a arquitetura brasileira (Barbosa, 2024; Weimer, 2023).

Nesse sentido, a compreensão do conceito de sentido de lugar revela-se crucial para o reconhecimento das diversas camadas simbólicas e afetivas que indivíduos e comunidades constroem em relação aos espaços que habitam. O conhecimento das diversas origens das tecnologias de construção do espaço que formam o território brasileiro atualmente mostra-se crucial também para lidar com os desafios que a população ainda enfrenta.

Portanto, ao compreendermos a arquitetura brasileira como resultado de uma confluência de saberes e não apenas como herança europeia, é possível reconfigurar as bases da educação arquitetônica brasileira e do saber coletivo. A valorização das expressões vernaculares, das práticas negras e indígenas, e de suas territorialidades, permite uma reconexão com formas de habitar que são autênticas e coerentes com as raízes do país. Mais do que um simples resgate histórico, o estudo aprofundado da arquitetura afro-brasileira é um exercício político de reconhecimento e legitimação de outras epistemologias do espaço (Barbosa, 2024; Santos, 2023).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. São Paulo: Edusp, 1991.

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. Londres: Pion, 1976.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BARBOSA, Gabriela de Matos Moreira. *Arquitetura afro-brasileira: sua genealogia e a experiência das arquitetas negras*. 2024. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/D.8.2024.tde-20012025-111513.

LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. ISBN 8585134534.

WEIMER, Günter. *Arquitetura Luso-Brasileira*. Porto Alegre: Editora Coralina, 2023. ISBN 978-65-80360-68-0.